

Relatório Comissão Permanente de **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

Relatório desenvolvido para compilar as ações desenvolvidas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região no tocante à acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência

MAPEAMENTO DO QUADRO DE MAGISTRADOS, SERVIDORES, ESTAGIÁRIOS E COLABORADORES COM DEFICIÊNCIA

QUANTIDADE	RESPOSTA
Magistrados(as) com deficiência.	1
Servidores(as) com deficiência.	34
Servidores(as) com função comissionada com deficiência.	16
Servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência.	1
Trabalhadores terceirizados(as) com deficiência.	5
Aprendizes com deficiência.	1
Estagiários(as) com deficiência.	1
Voluntários(as) com deficiência.	0

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Ao longo do ano de 2021 o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, por meio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, realizou ações de capacitação e sensibilização em relação às temáticas da inclusão de pessoas com deficiência. A seguir serão apresentadas algumas ações realizadas.

1) CURSO ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Foi realizada, no dia 05 de julho de 2021, a Roda de Conversa “Acessibilidade e Inclusão no Ambiente de Trabalho”, organizada pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. A ação integrou as atividades do curso homônimo, disponibilizado pelo TRT8 a magistrados e servidores. A programação foi transmitida pelo Campus Virtual do TRT8.

As participantes da Roda de Conversa foram a juíza do Trabalho Camila Afonso de Nóvoa Cavalcanti, coordenadora da Comissão, e a servidora Luisa de Souza Leão Almeida, servidora do TRT8 e também integrante da Comissão.

O curso teve o objetivo de abordar elementos conceituais e históricos relativos às pessoas com deficiência, bem como aspectos da legislação referente ao tema, buscando contribuir para as relações de trabalho estabelecidas com pessoas com deficiência no âmbito do TRT8.

Durante a roda realizada para abrir o curso, foi possível contemplar questões relativas ao cotidiano de magistrados e servidores em relação à temática, discutindo-se as barreiras ainda existentes no ambiente de trabalho, bem como possíveis estratégias para a eliminação de tais barreiras. Participaram, ainda, servidores com deficiência que contribuíram com suas experiências para promover as discussões.

A Roda de conversa gerou uma série de sugestões para a Comissão de Acessibilidade e Inclusão, como o repasse de informações prévias em relação aos colaboradores com deficiência do TRT8 para seus respectivos gestores. Como sugestão, ainda, houve a proposta de maiores diálogos entre comissões e comitês que discutem temas relativos à sustentabilidade, diversidade, equidade e inclusão, para a promoção de ações mais efetivas.

2) RODA DE CONVERSA

Uma roda de acolhimento e diálogo para que os presentes possam entender o significado de acessibilidade e deficiência. Esse foi o objetivo do encontro realizado na Ascom do TRT8, que reuniu representantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, servidores, terceirizados, estagiários e jovens aprendizes que atuam na Assessoria de Comunicação Social do TRT8, no último dia 22.

Realizada em novembro, a roda de conversa contou com a presença da juíza do Trabalho Camila Afonso de Nóvoa Cavalcanti, que preside a Comissão, acompanhada da técnica judiciária do TRT8, Luíza Leão, que tem deficiência visual e integra a CPAI. O objetivo da roda, realizada em formato piloto na Assessoria de Comunicação, é promover o diálogo aberto nas áreas do tribunal sobre as dúvidas acerca das questões que envolvem as pessoas com deficiência e suas necessidades. A roda proporcionou espaço de abertura e troca entre os integrantes da equipe, que compartilharam experiências e conhecimentos relativos à temática.

O objetivo é realizar essa roda de conversa em vários setores do Tribunal para dar essa orientação a todos os servidores. Os gestores podem entrar em contato com a coordenação da CPAI pelo e-mail cpai@trt8.jus.br e solicitar que a Comissão organize a roda de conversa na data mais adequada.

3) PALESTRA: O PAPEL DO JUDICIÁRIO PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

A Escola Judicial, em parceria com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, realizou a palestra O papel do judiciário para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, proferida pelo Auditor Fiscal do Trabalho Rafael Giger, durante a IX Semana Institucional da Magistratura do TRT da 8ª Região.

A palestra teve duração de uma hora e objetivou discutir aspectos relativos à garantia do direito ao trabalho às pessoas com deficiência. O palestrante compartilhou informações relevantes quanto ao não cumprimento da Lei de Cotas, enfatizando a relevância da atuação dos magistrados para efetivar esse direito tão importante.

SISTEMA DE QUESTIONÁRIOS DO CNJ



SEÇÃO 1 - GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

1.1 MAGP(PCD) - QUANTIDADE DE MAGISTRADOS(AS) COM DEFICIÊNCIA.

1

1.2 TPEFT/TPI (PCD) - QUANTIDADE DE SERVIDORES(AS) COM DEFICIÊNCIA.

34

1.3 TPSV (PCD) - QUANTIDADE DE SERVIDORES(AS) COMISSIONADOS COM OU SEM VÍNCULO COM DEFICIÊNCIA.

1

1.4 TPFC (PCD) - QUANTIDADE DE SERVIDORES(AS) COM FUNÇÃO COMISSIONADA COM DEFICIÊNCIA.

16

1.5 TFAUXE (PCD) - QUANTIDADE DE ESTAGIÁRIOS(AS) COM DEFICIÊNCIA.

1

1.6 TFAUXT (PCD) - QUANTIDADE DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS(AS) COM DEFICIÊNCIA

5

1.7 TFAUXC (PCD) - QUANTIDADE DE CONCILIADORES(AS) COM DEFICIÊNCIA.

0

1.8 TFAUXJL (PCD) - QUANTIDADE DE JUÍZES(AS) LEIGOS(AS) COM DEFICIÊNCIA.

Não se aplica

1.9 TFAUXSP (PCD) - QUANTIDADE DE TRABALHADORES(AS) COM DEFICIÊNCIA QUE ATUAM EM SERVENTIAS JUDICIAIS PRIVATIZADAS.

Não se aplica

1.10 TFAUXV (PCD) - QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS(AS) COM DEFICIÊNCIA.

0

1.11 TFAUXAPR (PCD) - QUANTIDADE DE APRENDIZES COM DEFICIÊNCIA.

1



SEÇÃO 2 - ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

2.1.1 QUANTIDADE DE SERVIDORES(AS) COM DEFICIÊNCIA CAPACITADOS(AS) NAS TEMÁTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

0

2.1.2 QUANTIDADE DE SERVIDORES(AS) SEM DEFICIÊNCIA CAPACITADOS(AS) NAS TEMÁTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

52

2.2 QUANTIDADE DE CURSOS OFERECIDOS NA TEMÁTICA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ANO-BASE.

5

2.3 QUANTIDADE DE VAGAS OFERECIDAS EM CURSOS NA TEMÁTICA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ANO-BASE.

214

2.4 QLIBRASSERV - QUANTIDADE DE SERVIDORES(AS) DO QUADRO DE PESSOAL CAPACITADOS EM LIBRAS NO PERÍODO-BASE.

22

2.5 QLIBRASUX - QUANTIDADE DE PESSOAS DO QUADRO AUXILIAR CAPACITADAS EM LIBRAS NO PERÍODO-BASE.

2

2.6.1 QGT QUANTIDADE TOTAL DE GESTORES(AS)

122

2.6.2 QGC - QUANTIDADE DE GESTORES(AS) CAPACITADOS(AS) NAS TEMÁTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

4

2.6.3 PROPORÇÃO DE GESTORES(AS) CAPACITADOS(AS) NAS TEMÁTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

0,03

2.7 QUANTIDADE DE SERVIDORES(AS) CAPACITADOS(AS) NA UNIDADE DE GESTÃO DE PESSOAS PARA O PLENO ATENDIMENTO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

4

2.8 QUANTIDADE DE SERVIDORES(AS) CAPACITADOS(AS) NA UNIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

0

2.9 QUANTIDADE DE SERVIDORES(AS) CAPACITADOS(AS) NA UNIDADE DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA CAPACITADOS(AS) EM NORMAS DE ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA.

0

2.10 QUANTIDADE DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO COM OBJETIVO DE FOMENTAR MUDANÇAS ATITUDINAIS QUE FAVOREÇAM A AMPLIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.

6

2.11 QACPI - QUANTIDADE DE AÇÕES DE PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

6

2.12.1 QCT - QUANTIDADE TOTAL DE CONTRATOS QUE ENVOLVAM ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO

1

2.12.2 QCLIBRAS - QUANTIDADE DE CONTRATOS QUE ENVOLVAM ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO PROVIDOS POR PESSOAS APTAS NA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS

0

2.12.3 QCONT.LIBRAS - PROPORÇÃO DE CONTRATOS QUE ENVOLVAM ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO PROVIDOS POR PESSOAS APTAS NA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CONTRATOS NO PERÍODO-BASE.

0



SEÇÃO 3 - ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

3.1 VACESS QUANTIDADE DE VÍDEOS PRODUZIDOS COM RECURSOS DE ACESSIBILIDADE.

9

3.2 MACESS - QUANTIDADE DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DISPONIBILIZADAS EM FORMATO ACESSÍVEL.

511

3.3 A OUVIDORIA DA INSTITUIÇÃO DISPONIBILIZA FORMAS DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVAS ACESSÍVEIS PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO COM DEFICIÊNCIA?

Não

3.4.1 QUANTIDADE DE EVENTOS TOTAL, PRESENCIAIS OU A DISTÂNCIA

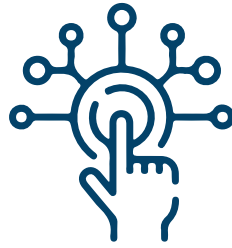
60

3.4.2 QEAC - QUANTIDADE DE EVENTOS COM ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

0

3.4.3 PROPORÇÃO DE EVENTOS, PRESENCIAIS OU A DISTÂNCIA, PROMOVIDOS PELA INSTITUIÇÃO DISPONIBILIZADOS POR MEIOS DE COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL EM RELAÇÃO A QUANTIDADE DE EVENTOS TOTAIS.

0,00



SEÇÃO 4 - ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

4.1 O ÓRGÃO UTILIZA PROGRAMAS PARA AVALIAR O NÍVEL DE ACESSIBILIDADE DO SEU SITE E DE SEUS LINKS?

Sim. É utilizado o programa Access Monitor, disponível no link:
<https://accessmonitor.acessibilidade.gov.pt>

4.2 O ÓRGÃO FORNECE ALGUMA TECNOLOGIA ASSISTIVA QUE PERMITA O USO DE COMPUTADORES POR PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL, ACENTUADA OU TOTAL?

0,00

4.1 O ÓRGÃO UTILIZA PROGRAMAS PARA AVALIAR O NÍVEL DE ACESSIBILIDADE DO SEU SITE E DE SEUS LINKS?



Programa leitor de tela

4.3 O ÓRGÃO FORNECE ALGUM PROGRAMA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PÚBLICO INTERNO E/OU EXTERNO) PARA USO NOS APLICATIVOS DE VIDEOCONFERÊNCIA?

Sim. As próprias ferramentas de videoconferência utilizadas no Tribunal, a saber: Google Meet e Zoom, possuem recursos de acessibilidade, tais como legenda, atalhos de teclado, suporte a Questionário - Responder <https://www.cnj.jus.br/questionarioSustentavelDPJ/questionario/responde...>